

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 045

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 013ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE ABRIL DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Hidekazu Takayama.

Às dezoito horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1090/A

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após

ouvido o Plenário, destaque para discussão e votação da Proposição nº 004/01, item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(aa) GERALDO CARTÁRIO
ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1091

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, destaque para a votação e votação em bloco, dos itens 01 e 05 da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1092

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco das proposições de veto, dos itens 02, 03 e 04, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1093

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação das Proposições nº 25/2000, 44/2000 e 47/2000, por 5 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos senhores deputados Geraldo Cartário e Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação da Proposição nº 004/2001, item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral constante do expediente, solicitando destaque para a votação e votação em bloco, dos itens 01 e 05 da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada de votação das Proposições nºs 025/2000, 044/2000 e 47/2000 por cinco (5) sessões. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições de veto, dos itens 02,03 e 04 constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Retirado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, acima aprovado, vamos votar em bloco os dois itens.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 012/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 079/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza a doação do Imóvel ao município de Jacarezinho. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 416/99

Curitiba, 28 de dezembro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 251/99, dessa presidência e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 079/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do art. 1º, da Lei nº 12.090, de 11 de março de 1998, que trata de autorização para doação do imóvel que especifica, ao município de Jacarezinho.

O não acolhimento ao presente projeto de lei, decorre de informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgãos da Secretaria de Estado da Administração, de que os dados de registro imobiliário que se pretende acrescentar (Registro Geral RI/3981-protocolo 11.000), referem-se a parte de outro imóvel, havido por desapropriação e que, se doado, implicaria na possibilidade de aplicação do disposto no art. 1.150, do Código Civil Brasileiro.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 079/99 foi publicado, em Redação Final no D.A. nº 016/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 012/2000

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 079/99, de autoria do

deputado Beto Richa, que autoriza a doação de imóvel ao município de Jacarezinho.

Chamada esta comissão a se manifestar e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 004/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 218/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que dispõe sobre os direitos às praças reformadas ou da reserva da Polícia Militar, que estiveram afastadas na época de 1961-1979 (Regime Militar). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 004/2001

Curitiba, 05 de janeiro de 2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 268/2000, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 218/2000, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Poder Executivo fica autorizado a “conceder aos praças da reserva ou reformados da Polícia Militar, que foram excluídos ou expulsos entre os meses de abril de 1964 a dezembro de 1969, e que foram reintegrados por decisão judicial, o direito às promoções e vencimentos, independente do curso de formação, e os que na reintegração, estavam, formados em curso superior, com tempo igual ou superior ao curso de formação de oficiais, ficando as notas obtidas durante o curso universitário, como equivalência”, assim como sobre outras providências pertinentes ao assunto.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade porque, não tendo sido de iniciativa do Poder Executivo, afronta o preceito contido no artigo 66, inciso II, da Carta Estadual, onde está reservada ao governador do Estado competência privada para iniciar o processo legislativo sob tal matéria. Ressalte-se o fato de a matéria ter sido apreciada pelas Secretarias de Estado da Administração e da Segurança Pública e pela Parana Previdência, cujas manifestações foram, também, no sentido da indiscutível impossibilidade de acolhimento à metade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 218/2000, foi publicado em Redação Final no D.A. nº 179/2000.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO APOSTO
PROJETO DE LEI Nº 218/2000

P A R E C E R :

Projeto de Lei nº 218/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, dispõe sobre os direitos a promoções de praças reformados ou da reserva da Polícia Militar, que estiveram afastados na época de 1961-1979 (Regime Militar).

Tendo sido aprovado nesta Casa de Leis, foi o respectivo autógrafo encaminhado ao senhor governador que, exercendo seu poder de veto, assim o fez e, no prazo constitucional comunicou o fato a esta Assembléia Legislativa do Estado.

Desta forma, a proposição de veto está em condições de ser apreciado pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Para encaminhar, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ou melhor dizendo, está em discussão e para encaminhar deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, estamos encaminhando, como líder do Governo, nesse momento, pedido até de uma maneira estranha, para que o veto que estamos apreciando e um projeto de autoria do deputado Nelson Justus que dispõe sobre os direitos aos praças reformados ou da reserva da Polícia Militar que estiveram afastados na época de 1961 à 1979. Estamos encaminhando pedido para que os nobres deputados votem não, estamos pedindo para que esse veto seja efetivamente derrubado, haja vista, que vamos corrigir uma injustiça. E muitos de nós aqui vivemos a época do Regime Militar, a época do Regime da Excessão, que sempre tão contundentemente se posicionou contra, o deputado Waldyr Pugliesi e tantos outros deputados nesta Casa. Como isto é fruto de uma injustiça do regime militar queremos corrigir, embora que parcialmente, porque os danos já existiram ao longo desses anos e portanto vamos pedir aos deputados da base aliada para que votem não, derrubando esse veto.

Existe um outro também que está anexado, que vamos votar, que nada impede que ele seja derrubado, porque também era um compromisso do governador Jaime Lerner quando de uma de suas viagens ao interior do Estado do Paraná.

Era este o encaminhamento senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, gostaria de saber de vossa excelência da possibilidade de inclusão junto com o primeiro lote de votação, que vota o item 01 e o item 05, da inclusão junto com esses do item 02, porque trata-se de matéria assemelhada. O item 01, se esta Casa proceder a derrubada do veto do item número um, que trata-se de uma doação de imóvel ao município de Jacarezinho, não há razão para votarmos em separado a doação de um imóvel para a Pastoral da Criança do Município de Pérola do Oeste. Até porque os dois tratam-se de bens públicos doando para entidades, um é um município, o outro uma entidade declarada de Utilidade Pública.

Então, gostaria que vossa excelência incluísse o item 02 junto com a primeira leva de votos que serão votados, votar o item 01, o item 02 e o item 05 na primeira vez, até por serem similares.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Caíto Quintana, nós votamos um requerimento pedindo que o item 01 e o item 05 fossem votados em bloco e o requerimento já votado. Então, consulto a vossa excelência, vossa excelência está encaminhando um requerimento à Mesa pedindo a inclusão do item 02 junto com os dois projetos o item 01 e o item 05.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, só para fazermos um esclarecimento ao nobre deputado Caíto, que não estamos dando um tratamento diferenciado, haja vista que este terreno que trata o item 01 já foi objeto de uma mensagem, inclusive do governo, doando essa área de terras, inclusive já é lei. Ocorre, que infelizmente houve um erro e este terreno tinha duas matrículas. Razão pela qual estamos encaminhando, agora, para que seja derrubado esse veto, também, para que aquela lei, aquele projeto que já virou lei, possa ficar tecnicamente correto.

E quero encarecer ao deputado Caíto, que não queremos em hipótese alguma prejudicar, inclusive esse senhor que está aqui na Tribuna, então que não anexemos a estes dois vetos que vamos apreciar outros pedidos, se não, certamente teremos que encaminhar de forma diferente, e daí, vamos prejudicar pessoas que têm uma expectativa de direito muito grande depositada em todos nós. Isso encareço ao deputado Caíto.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Consulto o deputado Caíto Quintana, se ele mantém o seu requerimento ou se ele encaminha.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Se vossa excelência concordar, nós retiráramos de pauta os itens 2, 3 e 4 para que pudéssemos votar melhor.

Com a autorização do deputado Edno Guimarães, inclusive, que é autor de um dos outros vetos, para que não haja prejuízo ao seu município e ao mesmo tempo possamos discutir. Por cinco sessões.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em votação o requerimento do deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, antes de vossa excelência colocar em votação, gostaria que vossa excelência determinasse a alguém da mesa, para conferir se o microfone da tribuna, à minha esquerda, está em condições de uso, porque eu pretendia ter encaminhado de lá, mas na dúvida, não sei se teve algum curto circuito, alguma coisa, no instante em que o deputado Ângelo Vanhoni o colocou dentro d'água.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Antes do 1º secretário proceder a chamada dos senhores deputados, vamos mandar verificar. Primeiramente, vamos votar o requerimento do deputado Caíto Quintana, que pede a retirada dos itens 2, 3 e 4. Em votação. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, acima aprovado.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 490/99, de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar à Pastoral da Criança entidade de Utilidade Pública, o lote de terreno urbano nº 01, da quadra 79, da planta geral da cidade de Pérola D'Oeste, com área de 1.184,00 conforme matrícula nº 13.402, do Registro de Imóveis da comarca de Capanema, pertencente à Companhia Paranaense de Energia - Copel. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG Nº 034/2000

Curitiba, 01 de fevereiro de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 305/99 dessa Presidência e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 490/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a natureza jurídica do imóvel cuja doação é objetivada que, por integrar patrimônio de Sociedade de Economia Mista, não condiz com a pretendida forma de alienação.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 490/99, foi publicado em Redação Final no D.A. nº 188/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 025/2000

P A R E C E R :

A presente proposição é oriunda do veto governamental parcial, ao Projeto de Lei nº 490/99, de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar à Pastoral da Criança, entidade de Utilidade Pública, o lote de terreno urbano nº 01, da quadra 79, da Planta Geral da cidade de Pérola D'Oeste, com área de 1.184,00 conforme matrícula nº 13.402, do Registro de Imóveis da comarca de Capanema, pertencente a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, ao encontrar o veto apostado dentro dos prazos constitucionais, apresenta parecer pelo encaminhamento da mesma à deliberação do Plenário, desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 044/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 539/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno, conforme especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG Nº 056/2000

Curitiba, 29 de maio de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 016/2000, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de vossa excelência, que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 539/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel cuja doação é pretendida está indisponível porque encontra-se ocupado pelo Departamento de Estradas de Rodagem e que, se não existisse nem bastasse tal impedimento, teriam que ser levadas em conta as disposições da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, quanto à transferência de imóveis do Estado ao Sistema de Previdência.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 539/99, foi publicado em Redação Final no D.A. nº 013/2000).

COMISSÃO DE ONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 44/2000

P A R E C E R :

Relatório

A proposição em tela traz um veto apostado ao Projeto de Lei nº 539/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno nele especificado à Prefeitura do município de Chopinzinho.

Este veto foi comunicado a esta Casa pelo senhor governador do Estado, através do Ofício nº 056/2000, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

Fundamentação

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual, já que o projeto foi enviado à sanção em 09 de maio de 2000 e vetado em 29 de maio. A razão exposta pelo chefe do Poder Executivo é ser o mesmo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel, objeto da doação, já se encontra ocupado pelo Departamento de Estrada de Rodagem - DER.

Outrossim, o veto leva em consideração as disposições da Lei nº 12.398, de 30.12.98, que trata da transferência de imóveis do Estado ao Sistema de Previdência.

Conclusão

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

EDSON STRAPASON - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 047/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 259/99, de autoria do deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jesuítas o imóvel que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 092/2000

Curitiba, 31 de julho de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 14/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, na conformidade de disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 259/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel cuja doação é pretendida, poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 159/99, foi publicado em Redação Final no D.A. nº 011/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 047/2000

P A R E C E R :

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade vetar o Projeto de Lei nº 259/99, de autoria do deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jesuítas, o imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, bem como os prazos estabelecidos em lei.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Conseqüentemente, retirados da pauta os itens 2, 3 e 4 por cinco sessões.

Os itens 1 e 5 vamos votar agora, de acordo com o requerimento aprovado, de autoria do deputado Durval Amaral.

Solicito ao senhor 1º secretário, Nereu Moura, que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Faz a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

47 senhores deputados compareceram.

Convidamos os deputados Geraldo Cartário, Antonio Anibelli, Tiago Amorim, para fazer o escrutínio dos votos.

Sim - 1 voto

Não - 46 votos.

Estão rejeitados os vetos e mantidos os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, logo após a sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM O DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 031, 017, 005 e 009/2000.

Levanta-se a sessão.